KATIA REGINA SOUZA

**JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS NO CPC 2015 – O
incidente de resolução de demandas repetitivas.**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Walter Piva Rodrigues

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

KATIA REGINA SOUZA

**JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS NO CPC 2015 – O
incidente de resolução de demandas repetitivas.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Dr. Walter Piva Rodrigues.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Walter Piva Rodrigues pela oportunidade e indispensável orientação.

Ao meu pai, cujo exemplo de simplicidade e integridade procuro seguir em todos os dias da minha vida e que, mesmo sem nunca ter ocupado os bancos acadêmicos, sempre foi fonte de inspiração, fazendo o possível e o impossível para me auxiliar nos anseios pela dedicação aos estudos: pai, por tudo, e mais uma vez, muito obrigada!

A Deus, que me permitiu estar nessa vida e trilhar caminho de evolução ao lado das pessoas mais especiais que poderia haver: minha família e meus amigos. Chegar até aqui sem vocês não teria sido possível.

Aos que assumiram, ao longo da minha jornada no mestrado, papel de inestimável ajuda e incentivo nos momentos em que mais precisei: Marcio Koji Oya, Alex Costa Pereira e Marcela Ferrauche Smolka, meu sincero e eterno agradecimento!

RESUMO

Katia Regina Souza. *Julgamento de casos repetitivos no CPC 2015 – O incidente de resolução de demandas repetitivas*. 2017. 123 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A presente dissertação tem por escopo a análise do incidente de resolução de demandas repetitivas enquanto meio de julgamento de casos repetitivos, restritos às questões de direito, conforme previsto no Código de Processo Civil em vigência, colocando em perspectiva uma análise do instituto à luz da problemática do acesso à justiça e das modificações da sociedade que demandaram a criação de técnicas de julgamento visando a solução dos problemas relacionados à prestação da tutela jurisdicional no âmbito da litigiosidade repetitiva. O trabalho procura apontar alguns aspectos relevantes do incidente de resolução de demandas repetitivas, percorrendo desde a sua contextualização no panorama da litigiosidade repetitiva no país, passando pelos elementos essenciais, práticos e teóricos a respeito do tema, inclusive, natureza jurídica, objeto, requisitos de admissibilidade, aspectos relacionados à tramitação e efeitos da decisão do incidente. Avançou-se acerca de temas polêmicos, posicionando-se a respeito e, inclusive, trazendo os pontos favoráveis e desfavoráveis do instituto.

Palavras-chave: Julgamento de casos repetitivos. Novo Código de Processo Civil. Litigiosidade repetitiva. Incidente de resolução de demandas repetitivas.

ABSTRACT

Katia Regina Souza. *Judgment of repetitive cases in the CPC 2015 – Incidental Motion to Settle Repetitive Litigation*. 2017. 123 f. Masters Dissertation– Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This dissertation has as its central focus the analysis of the Incidental Motion to Settle Repetitive Litigation as a means of trial of repetitive cases, viewed solely from a legal perspective, as covered by the current Civil Procedure Code, analyzing it in the light of the difficulties regarding access to justice and the changes that have taken place in society that as a consequence requires the creation of judgment techniques that have the objective of solving the problems related to the provision of judicial protection in the sphere of repetitive litigation. This paper seeks to highlight some relevant aspects of the Incidental Motion to Settle Repetitive Litigation, ranging from its contextualization in the scenario of repetitive litigation in the country, going through to the essential, practical and theoretical elements of the subject, including its juridical nature, purpose, requirements for eligibility and aspects related to the procedure and effects. Controversial themes will be covered, with a declared position regarding them, including debating points in favor of and against the mechanism.

Key Words: Judgment of repetitive cases. New Civil Procedure Code. Repetitive litigation. Incidental Motion to Settle Repetitive Litigation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	9
2. CAPÍTULO I.....	21
2.1. A garantia de acesso à justiça por meio de demandas individuais e a necessidade de compatibilização com o princípio da igualdade e segurança jurídica.....	21
2.2. Apontamentos acerca da evolução legislativa brasileira com vistas à uniformização, estabilização e obrigatoriedade dos precedentes.	28
2.3. O sistema jurídico brasileiro e as técnicas de julgamento do <i>common law</i>	33
3. CAPÍTULO II – O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS – ASPECTOS PROCESSUAIS.....	41
3.1. Natureza jurídica	41
3.2. Objeto.	49
3.3. Requisitos de admissibilidade	64
3.4. Legitimidade.....	74
3.5. Efeitos da admissibilidade.....	77
3.6. Tramitação e julgamento do incidente	85
3.7. Efeitos da decisão	88
4. CAPÍTULO III – PONTOS CRÍTICOS DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	91
4.1. O perfil demandas repetitivas e os indícios de insuficiência da sistemática inaugurada pelo incidente de resolução de demandas repetitivas para atendimento dos ditames constitucionais de adequada garantia da isonomia e acesso à justiça.....	91
5. CONCLUSÕES GERAIS.....	101
6. BIBLIOGRAFIA.....	107

1. INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS E DELIMITAÇÃO DO TEMA.

A sociedade brasileira passou nas últimas décadas por expressivas mudanças de comportamento e configuração, cujos reflexos reverberaram para uma série de setores do Estado, dentre os quais o Judiciário, que se viu incapaz de atender, a partir da organização judiciária instalada no país, a demanda crescente da população pela solução de conflitos sociais por meio do judiciário, ou seja, de forma adjudicada¹.

Resultado do desenvolvimento econômico do país e, ademais, da implementação de medidas voltadas à ampliação do acesso à justiça², o número de demandas judiciais assumiu escalada vertiginosa, que continua a ganhar impulso a cada ano, sem qualquer horizonte de regressão³.

¹ Boaventura de Sousa Santos assinala que a maioria dos conflitos sociais não se resolvem pela normatividade abstrata das leis, mas sim pela normatividade concreta advinda das decisões judiciais. Vide nesse sentido: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução à sociologia da administração da justiça*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 21, novembro/1986, p. 11-37; in SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 141-161.

² Conforme pontuam Daniela Monteiro Gabbay e Luciana Gross Cunha “A década de 1980 marcou o início de uma série de mudanças legislativas voltadas à ampliação ao acesso à Justiça. Essas mudanças ocorreram tanto no desenho institucional do sistema de Justiça quanto na legislação processual e foram impulsionados pelo ambiente de transição política para a democracia no final dos anos 1970 e as consequentes exigências de ampliação dos direitos e garantias da cidadania daquele momento. A Constituição Federal de 1988 foi o ápice desse movimento consolidando institutos anteriores como os Juizados de Pequenas Causas (1984) e a Lei de Ação Civil Pública (1985)”, in *Litigiosidade, Morosidade e Litigância Repetitiva no Judiciário: uma análise empírica*, Daniela Monteiro Gabbay e Luciana Gross Cunha (organizadoras), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 31.

³ Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, divulgados por meio da publicação “Justiça em números”, considerando-se apenas os dados relacionados à justiça estadual, tem-se que em 2003, quando o relatório começou a ser elaborado, foram distribuídos 382.378 novos processos no país, enquanto em 2016, data do último relatório publicado, este número passou para 18.911.657. Em contrapartida, foram sentenciados, no mesmo período, respectivamente 189.848 e 19.231.321, restando ainda pendentes de julgamento, atualmente, 59.030.179 processos. Os relatórios podem ser acessados por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoaes/pj-justica-em-numeros/relatorios>, acessado para obtenção destas informações pela última vez em 05.01.2017. Digno de nota, a respeito do panorama da litigiosidade na justiça estadual, parte das conclusões alcançadas pelo Relatório de 2016, cujos números se referem ao ano de 2015: “A Justiça Estadual, composta por 27 tribunais, 2.710 comarcas e 10.156 unidades judiciárias de primeiro grau, subdivididas em 6.158 são varas (sem juizado), 2.613 varas únicas ou com juizados especiais adjuntos e 1.385 juizados especiais, recebeu, apenas no ano de 2015, um total de 18,9 milhões de processos, 6%, ou 1,2 milhão a menos que o ano de 2014. O volume de processos baixados e de sentenças proferidas, por sua vez, permaneceram quase constante, com retração de -0,1% e aumento de 0,6%, respectivamente. Mesmo assim, o acervo continuou em sua tendência de crescimento observado anualmente, desde 2010, e chegou ao cume de 59 milhões de processos em 2015”. (*Justiça em números 2016: ano-base 2015/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2016, p. 147*).

O crescimento econômico do país, aliado ao desenvolvimento social, um maior garantismo constitucional acerca dos direitos sociais e, ainda, a maior conscientização da sociedade acerca dos seus direitos, até em função da facilidade de acesso à informação por meio do acesso à internet cada vez mais facilitado – implicando, pois, em redução da litigiosidade contida – fez aportar no judiciário a demanda pela solução de conflitos sociais que antes sequer existiam ou existiam em escala infinitamente menor na sociedade, como é o caso dos conflitos decorrentes das relações de consumo, aqueles inerentes à proteção e valorização do meio ambiente, os decorrentes dos novos modelos de organizações familiares, os voltados à garantia dos direitos sociais, os relacionados ao mercado financeiro, dentre muitos outros⁴.

Como consequência, o Judiciário viu-se incapaz de atender ao aumento do volume de demandas com a organização então existente, tornando-se cada vez mais lento em dar resposta à solução de conflitos que demandavam a sua atuação e caindo em certo descrédito perante a sociedade.

Verificou-se, ademais, a insuficiência do modelo processual então vigente, pautado sobretudo nos ditames do Código de Processo Civil de 1973, concebido sob um modelo voltado à tutela de interesses eminentemente individuais, impulsionando-se, assim, principalmente a partir de 1985, o movimento reformista do Código de Processo Civil⁵, que teve como mola propulsora principal a tentativa de implementação de metodologias de trabalho ao Estado-Juiz capazes de superar a decantada crise do Poder Judiciário,

⁴ A respeito do tema, Édis Milaré pontua que “a milenar sociedade humana foi palco, em poucas décadas e em todos os seus setores – social, econômico, político – de profundas e muitas vezes alarmantes transformações, das quais exsurgiu a sociedade contemporânea. Essas transformações não significaram apenas desenvolvimento e progresso, mas trouxeram consigo a explosão demográfica, as grandes concentrações urbanas, a produção e o consumo de massa, as multinacionais, os parques industriais, os grandes conglomerados financeiros e todos os problemas e convulsões inerentes a esses fenômenos sociais, pois numa sociedade como essa – uma sociedade de massa – há que existir igualmente um processo civil de massa, “solidarista”, comandado por juiz bem consciente da missão interventiva do Estado na ordem econômico – social e na vida das pessoas” (MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 405).

⁵ Teori Albino Zavaski faz compilação a respeito das principais reformas implementadas no Código de Processo Civil de 1973, indicando terem as principais delas ocorrido a partir do ano de 1985. (ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo – Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 14 – 22.

representada, em grande parte, pela morosidade e ineficiência na prestação jurisdicional aos cidadãos.

Dentre as reformas implementadas, verifica-se que parte delas esteve voltada a dar vazão à tendência de implementação de medidas voltadas à facilitação do acesso à justiça, conforme movimento anteriormente experimentado na Europa e nos Estados Unidos, visando à modificação da concepção inicial de privilégio da tutela dos direitos eminentemente individuais.

Ultrapassadas mais de três décadas do início dessas alterações legislativas, o balanço a que se chegou consistiu em evidente insuficiência do “novo” modelo processual implementado a partir das reformas pontuais em referência⁶, o que pressionou operadores e estudiosos do direito a elucubram novas metodologias de prestação jurisdicional, sempre na busca da efetividade e presteza do serviço estatal oferecido ao cidadão.

Nesse contexto, a partir da identificação de que parte da morosidade que tomou conta do Judiciário decorria da tramitação de um número significativo de demandas repetitivas, que cuidavam de similar questão de direito ainda que envoltas em situações fáticas distintas, fazendo com que o Judiciário tivesse que despender tempo com a análise e julgamento de processos que, a rigor, deveriam receber o mesmo tratamento e resultar na mesma solução, até por conta da necessidade de isonomia no tratamento dos jurisdicionados e, mesmo, segurança jurídica que se espera do exercício da jurisdição, observou-se uma concentração de esforços voltados à modificação do sistema processual vigente⁷.

⁶ Digno de destaque o entendimento defendido por José Ignácio de Botelho Mesquita, no sentido de que a reforma processual implementada não se prestou à solução da crise do Judiciário porque ineficaz para essa finalidade. Segundo o autor: “optou-se por uma reforma do processo, apontado como o grande vilão da história, a causa de todos os males. Não uma reforma do sistema processual, que esbarraria nas desconfianças do Congresso Nacional, mas uma sequência de mini-reformas, lenta e gradual, que, a final, conferisse aos juízes a almejada autoridade. Uma opção de pouca eficiência, porque não atacava o mal pela raiz e não levava, por isso, à conquista de uma ampliação dos recursos humanos e materiais, que condicionam um processo acessível, rápido, seguro e eficaz. (...) Concluindo, o processo não é instrumento útil para debelar a crise do Poder Judiciário. E menos ainda são as restrições que se vem impondo, cada vez em maior número, ao devido processo legal”. (MESQUITA, José Ignácio Botelho de. *Teses, estudos e pareceres de processo civil, volume 1: direito de ação, partes e terceiros, processo e política*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 260-261).

⁷ No que diz respeito à necessidade de isonomia de tratamento e segurança jurídica, pertinente a observação de Rodolfo de Camargo Mancuso, no sentido de que não podem as lides “ficar sujeitas a decisões aleatórias e de todo insuspeitas – assim surpreendendo as partes –, como se fosse o processo um *barco a deriva*, ficando

Impulsionados por esta motivação, e diante da crise do Poder Judiciário foi dado curso, com maior empenho, a estudos voltados à identificação de suas causas e alternativas visando à busca por soluções que viabilizassem a prestação da tutela jurisdicional de forma eficiente e célere, conforme ditames da própria Emenda Constitucional 45/2004, que alçou à condição de garantia constitucional os princípios da celeridade e efetividades da justiça.

As soluções que se apresentaram nos últimos tempos para essa finalidade estão afeitas, assim, não apenas à evidente necessidade de adaptação dos meios existentes à disposição do judiciário para a solução de conflitos, por meio da implementação de políticas voltadas à estruturação de meios alternativos, denominados pelo Prof. Kazuo Watanabe, como meios “adequados”⁸ – como por exemplo a mediação e a arbitragem – mas também, e em grande parte, à necessidade de implementação de verdadeiras técnicas de gestão desses conflitos por meio de dispositivos legais que possibilitem o aumento da eficiência da prestação da tutela jurisdicional⁹.

A partir disto, diversas reformas passaram a ser implementadas em busca de soluções que percorreram tentativas de gerenciamento dos processos e gestão do judiciário, como por exemplo o estabelecimento de metas e maior fiscalização da atuação do Poder Judiciário a partir da criação do CNJ, como também as mudanças legislativas implementadas em relação às regras de processo civil com vistas a conferir maior celeridade e uniformidade às decisões judiciais.

Neste contexto, houve reformas processuais contemplando a criação de técnicas de julgamento tendentes a encurtar o tempo de duração do processo e uniformizar o

o seu destino final sujeito a eventualidade de seu encaminhamento a este ou àquele órgão judicial, ou da distribuição do recurso a este ou àquele órgão fracionário do Tribunal (Divergência jurisprudencial e súmula vinculante. 4ª edição. São Paulo: Ed. RT, 2010, p. 285)

⁸ WATANABE, Kazuo. *Política pública do Poder Judiciário nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses*. Revista de Processo, volume 195, p. 381-389, 2011.

⁹ Acerca dos notórios danos que a falta de celeridade e efetividade podem propiciar ao jurisdicionado, sustenta José Rogério Cruz e Tucci, citando Rafael Bielsa e Eduardo Graña: “É inegável, por outro lado, que, quanto mais distante da ocasião tecnicamente propícia for proferida a sentença, a respectiva eficácia será proporcionalmente mais fraca e ilusória. De tal sorte, ‘um julgamento tardio irá perdendo progressivamente seu sentido reparador, na medida em se postergue o momento do reconhecimento judicial dos direitos; e, transcorrido tempo razoável para resolver a causa, qualquer solução será, de modo inexorável, injusta, por maior que seja o mérito científico do conteúdo da decisão’” (TUCCI, José Rogério Cruz e. *Garantia do processo sem dilações indevidas*. Revista Jurídica, ano 48, vol. 227, p. 6, nov., 2000).

tratamento conferido a demandas com idêntica controvérsia de direito, seja por meio da imposição de requisitos que restringem o acesso às instâncias superiores, - como a exigência de demonstração da Repercussão Geral para que o Recurso Extraordinário seja conhecido perante o Supremo Tribunal Federal, como determina o artigo 102, § 3º da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 543-A e 543-B, do Código de Processo Civil de 1973 – seja, ainda, por meio da aplicação de técnica de julgamento prevista no artigo 543 – C, do Código de Processo Civil de 1973, que tinham o escopo de legitimar a decisão acerca de temas versados em recursos repetitivos perante os Tribunais Superiores por meio do julgamento de um único recurso.¹⁰

No mesmo sentido, consolidou-se, então, a possibilidade de edição de súmulas vinculantes, ainda que exclusivamente em matéria constitucional, segundo o artigo 103-A, da Constituição Federal, garantindo, igualmente, a uniformização de entendimento acerca de determinado tema, de modo a prestigiar a segurança jurídica e previsibilidade aos jurisdicionados.

Ainda, outro exemplo desse mecanismo consistiu na previsão de julgamento de improcedência liminar em primeira instância sob a sistemática do artigo 285-A, do Código de Processo Civil de 1973.¹¹

Alinhado a essa tendência de valorização de técnicas voltadas não apenas a garantia da segurança jurídica e isonomia, mas também de possibilidade de gestão do número crescente de processos e mesmo diante da necessidade de sistematização, sobreveio o Código de Processo Civil de 2015, o qual acrescentou aos institutos previstos no Código de Processo Civil de 1973, como os relacionados ao julgamento de recursos repetitivos perante o STJ e STF e verdadeiros filtros de acesso a esses Tribunais, novos

¹⁰ Referidas previsões estão expressamente mantidas no Código de Processo Civil vigente, insculpidas especificamente nos artigos 1035 e 1036 a 1041.

¹¹ Segundo Fábio Victor da Fonte Monnerat: “referida norma foi inserida no sistema processual civil pátrio com o intuito de ‘racionalizar o julgamento dos processos repetitivos’, conforme consta em sua exposição de motivos e, ao contrário de outras técnicas de aceleração fundadas em jurisprudência dominante, pacificada ou sumulada, pode ser aplicada com fulcro em decisões reiteradas do próprio juízo de 1º. grau”. (MONNERAT, Fábio Victor da. *A jurisprudência uniformizada como estratégia de aceleração do procedimento*, in *Direito Jurisprudencial*, Teresa Arruda Alvim Wambier, coordenação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 449)

mecanismos que específica e expressamente se destinam ao julgamento de casos repetitivos, conforme comandos insculpidos nos artigos 976 a 987, da Lei 13.105/2015.

Mais que isso, o Código de Processo Civil de 2015 trouxe, ainda, disposições relacionadas à obrigatoriedade de observação das decisões tomadas pelos Tribunais Superiores em causas consideradas como repetitivas, dispondo, pois, sobre a formação dos precedentes e observância obrigatória destes pelos demais órgãos julgadores, segundo disposições dos artigos 926 a 927, tudo com vistas a fortalecer o rol de mecanismos voltados a viabilizar uma melhor racionalização dos julgamentos e evitar que o Judiciário, na prestação da tutela jurisdicional, tenha que se debruçar por mais de uma vez sobre a análise de matérias já enfrentadas e, principalmente, evitando o risco de falta de isonomia na distribuição da justiça, garantindo segurança jurídica.

A esse respeito, cumpre esclarecer que o aludido art. 926 estabelece, no *caput*, ser ‘dever dos tribunais a uniformização da sua jurisprudência, de modo a mantê-la estável, íntegra e coerente’.

Por sua vez, o art. 927 trata da necessidade de observância, por todos os juízes e tribunais, às decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (inc. I), aos enunciados de súmula vinculante (inc. II), aos acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos (inc. III), aos enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional (inc. IV) e à orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados (inc.V).

Referidas técnicas de julgamento, especialmente aquelas voltadas à solução de demandas repetitivas, implicam, como forçoso reconhecer, verdadeira “coletivização” do entendimento que vier a ser consolidado pelo judiciário acerca daquele tema, refletindo efeitos para muito além das partes envolvidas no caso ao qual estiver vinculada a decisão.

De se destacar dentre as mudanças legislativas implementadas recentemente com a vigência do Código de Processo Civil de 2015, o novo instituto específico voltado ao

julgamento de casos repetitivos e que será objeto de estudo mais aprofundado no presente trabalho: o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

Referido instituto, como se verá, visa a reunir a tríade composta pela celeridade, segurança e isonomia na prestação da tutela jurisdicional e, ainda que se revele como importante instrumento para dar tratamento à litigiosidade repetitiva no país, nos parece representar e trazer consigo elementos contrários à preservação e às garantias afeitas aos direitos individuais.

As soluções próprias da crescente litigiosidade deveriam ter por escopo, sem exceção, o atendimento aos princípios constitucionais norteadores da prestação da tutela jurisdicional, a exemplo do devido processo legal, do contraditório e da isonomia, e, ao mesmo tempo, equalizar a questão da insuficiência de meios processuais para fazer frente a uma demanda cada vez mais crescente da litigiosidade repetitiva no país, aliás, natural em tempos de imediatismo na proliferação de informações e notícias pela rede mundial de computadores.

Não há como negar, no entanto, que referido mecanismo representa avanço no tratamento das demandas repetitivas – ao que tudo indica, imprescindível à solução da questão do aumento de demandas judiciais no país e, ademais, à gestão destes processos – observando-se, todavia, diante da novidade do instituto, a necessidade de estudo e interpretação sistemática para que se priorize e se garanta não apenas os anseios de solução da repetitividade litigiosa, mas também a aplicação harmônica do instituto de modo a trazer, não uma aparente segurança jurídica, mas, sim, uma efetiva tutela jurisdicional eficaz, célere e isonômica, sem prejuízo de direitos individuais, observada, no entanto, a necessidade de prevalência da busca por solução do interesse coletivo.

É por isso que parecem relevantes estudos objetivando a sistematização da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas, criando segurança na sua aplicação, quer dizer, no procedimento a ser adotado e seguido para a formação do que se denominou chamar de teses jurídicas sobre questões de direito.

Ainda que na aplicação da legislação nova, por vezes, seja necessária uma releitura dos direitos e garantias processuais que eram preservados e previstos na legislação

anteriormente vigente, não se pode perder de vista que o novo instituto, deve, sim, guardar relação com as garantias constitucionais e, mesmo, com os institutos e princípios de direito processual, certo de que as bases normativas, ainda que trazidas em uma legislação recente, remetem a conceitos pretéritos e que não podem ser ignorados ou simplesmente releitos olvidando-se do que tradicionalmente representam¹².

Essa releitura deve ser efetuada de forma harmônica e baseada nos conceitos de hermenêutica, exigindo do intérprete e dos juristas esforços por um estudo adequado à realidade contemporânea.

Carlos Maximiliano, reportando-se a R. Von Jhering, bem expressou “Já os antigos juristas romanos, longe de se aterem à letra dos textos, porfiavam em lhes adaptar o sentido às necessidades da vida e às exigências da época”¹³. O que se espera do intérprete é que tenha consciência que a sua atuação deve atentar-se para o ambiente contemporâneo, inclusive a situação que a sociedade enfrenta, seus anseios e, sempre, a distribuição da justiça.

Maria Helena Diniz é precisa no ensinamento: “Interessantes são as seguintes regras formuladas por Vampré, que tão bem retratam essa problemática e norteiam a atividade de aplicação do direito: a) quanto aos institutos inalterados, o intérprete deverá aplicar as normas tal como foram ditas pelo legislador, interpretando-as, respeitando o texto legal, dando, porém, o sentido mais conforme às exigências atuais; b) quanto aos institutos parcialmente alterados, a interpretação deverá seguir a nova tendência, que neles se manifestar, revelada pelo fatos; c) se o instituto se transformou integralmente, as relações jurídicas deverão ser interpretadas de conformidade com sua feição atual; d) se o instituto foi criado após o

¹² Nesse sentido, Joel Dias Figueira Júnior assinala que “a grande dúvida e, igualmente, o grande problema e desafio dos estudiosos do processo civil contemporâneo, ao nosso modesto entender, residem na tentativa de equacionamento harmonioso do trinômio valorativo fundado em *celeridade* (tempo), *segurança* (devido processo legal e *justiça das decisões* (aplicação equânime do direito ao caso concreto)”. E ainda conclui: “Convivemos diuturnamente com os citados valores processuais que, ao serem confrontados, aparentam ser antagônicos, ou, pelo menos de equacionamento duvidoso...” (FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *A trama recursal no processual civil brasileiro e a crise da jurisdição estatal*, Revista de Processo, São Paulo, out. 2010. p. 188/267).

¹³ MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 129.

aparecimento de certa lei, não deverá ser interpretado sob a luz de outra, mas sob o prisma dos princípios contemporâneos”¹⁴.

Ao intérprete, não raras vezes, está incumbido o encargo de realizar uma operação lógico-valorativa, em atenção à realidade social subjacente e aos valores preservados pela norma, extraindo, sem desapego excessivo ao texto, a inteligência que melhor se compatibilize com o ordenamento jurídico como um todo (sistematização) e os anseios da sociedade, não se olvidando que não cabe a ele, no entanto, a missão de legislar.

A questão que se coloca, assim, consiste na verificação da sistematização do instituto contemplado na legislação processual que cuida do incidente de resolução de demandas repetitivas, bem como preveem a obrigatoriedade de observância das teses jurídicas fixadas em seu julgamento, para o atendimento adequado dos anseios de prestação da tutela jurisdicional em tempo adequado e mediante a observância das garantias constitucionais.

Nesse contexto, é preciso ter em mente que todas as técnicas de julgamentos de casos repetitivos resultam em verdadeira coletivização do entendimento adotado frente ao julgamento de uma demanda individual, na medida em que o resultado alcançado por meio do julgamento de um único processo/recurso ou, no caso incidente de resolução de demandas repetitivas, da questão de direito controvertida, reflete no julgamento de outras demandas. É o que podemos chamar de “coletivização dos efeitos”.

A ideia de se definir inúmeros litígios individuais mediante o julgamento de uma única demanda, a um só tempo fascina e preocupa, eis que a propagação do entendimento definido em um único caso pode não apenas eliminar a possibilidade de interpretações divergentes e favorecer a uniformidade da prestação da tutela jurisdicional, favorecendo, ademais, a celeridade na aplicação do direito, como também representar severas violações aos princípios e garantias processuais constitucionais, dentre eles a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, na medida em que impõe à coletividade o entendimento adotado acerca de determinado tema, sem que do julgamento do processo/recurso/incidente paradigma tenham todos os interessados dele participando.

¹⁴ DINIZ, Maria Helena. *Lei de introdução ao Código Civil brasileiro interpretada*, 7ª edição, atualizada, São Paulo: Saraiva, 2001, p. 172.

O tema ganha relevo, ainda, diante da constatação de que a formação do precedente, por meio da consolidação de entendimento estanque acerca de determinado tema, pode impedir até mesmo o exercício da inafastável garantia do direito de ação, na medida em que os cidadãos sentir-se-ão impedidos de formular pleito contrário ao entendimento consolidado, a despeito da possível existência de interpretação diversa que pudesse ser aplicada ao direito¹⁵.

Ademais, é certo que a observação rígida dos precedentes pode implicar a injustiça em determinado caso concreto, obstando a análise aprofundada do litígio sobre o qual já se considera, de antemão, haver a solução definida por meio do julgamento de um único processo, formador do precedente.

Essas distorções não poderão ser toleradas e, bem por isso, necessário que existam instrumentos jurídicos aptos a atuar na salvaguarda desses direitos, ditos individuais, frente à coletivização de entendimentos. Importante, assim, que bem se delimite a natureza jurídica deste novo instituto, seu objeto, sua formação e os efeitos advindos do seu julgamento, além das hipóteses de revisão desses entendimentos.

Assim, o tema visa a analisar não apenas os meandros da técnica processual do incidente de resolução de demandas repetitivas, mas também a sistematização necessária para a sua efetiva aplicação harmônica.

Destaque-se, que a coletivização dos efeitos apontada representa verdadeiro indício de aproximação do direito brasileiro, tradicionalmente filiado ao sistema do *civil law*, ao sistema do *commom law*, em razão do que de rigor, ademais, a verificação quanto a possibilidade dessa aproximação segundo os princípios constitucionais hoje relacionados

¹⁵ Contrariamente a esse posicionamento, ressalva Luiz Guilherme Marinoni: “Lembre-se, antes de mais nada, que o precedente é sempre revogável. Ademais, cabe sempre ao juiz analisar a adequação do precedente ao caso concreto, devendo demonstrar, quando for a hipótese, a distinção do caso que está em suas mãos diante daquele que deu origem ao precedente, ao mesmo evidenciar que a regra jurídica definida no precedente não se aplica ao caso que deve julgar”. E conclui ainda: “Assim, a vinculação aos precedentes, ao invés de negar, fortalece o direito de acesso à justiça. Ora, não há como admitir decisões várias e contraditórias a um mesmo caso – a previsibilidade e a estabilidade são imprescindíveis. A previsibilidade elimina a litigiosidade, evitando a propositura de demandas em um ambiente aberto a soluções díspares, que, inevitavelmente, desgastam e enfraquecem o Poder Judiciário.” (*Precedentes obrigatórios*. 3ª edição, São Paulo: Editora RT. 2013, p. 209).

ao processo e consolidados na Constituição Federal pátria, inclusive no que atine à separação dos poderes.

5. CONCLUSÕES GERAIS

1. O Poder Judiciário enfrenta há tempos uma crise frente a incapacidade de dar tratamento adequado ao número crescente de demandas que aportam no Judiciário, assim como para garantir celeridade, efetividade e segurança jurídica na prestação da tutela jurisdicional.
2. O problema se agravou com o aumento significativo de demandas que cuidam de questões de direito repetitivas, até por conta da mudança do perfil da sociedade nas últimas décadas, inclusive em decorrência da facilitação do acesso à informação também por meio da internet.
3. Diversas foram as alterações e inovações legislativas voltadas a dar tratamento adequado a essas demandas, inclusive contemplando a criação de técnicas de julgamento tendentes a encurtar o tempo de duração do processo e uniformizar o tratamento conferido a demandas com idêntica controvérsia de direito, além de impor restrições maiores ao acesso às instâncias superiores, restringindo as possibilidades de recurso.
4. Houve, mais recentemente, com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015 uma inovação legislativa, inclusive com a criação de um microssistema de tratamento de questões repetitivas, dispondo sobre a formação de precedentes e sua observância obrigatória, conforme artigos 926 a 927.
5. Dentre as inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 está o incidente de resolução de demandas repetitivas.
6. A análise do incidente de resolução de demandas repetitivas exige uma interpretação sistemática e lógico valorativa com a conscientização de que se trata de inovação e, como tal, deve ser interpretada à luz dos princípios contemporâneos vigentes e, bem assim, observado o contexto em que criado, isto é, o novo Código de Processo Civil.
7. Dentre estes princípios situam-se os da isonomia e da segurança jurídica, que devem se compatibilizar, igualmente, com o a garantia de acesso à justiça.

8. A realização do princípio da isonomia deve ater-se não apenas à isonomia entre as partes litigantes no processo, como também à isonomia entre os jurisdicionados, constituindo essa também uma das razões pelas quais ganhou força a premissa de valorização dos precedentes na qual se assentam as disposições do Código de Processo Civil vigente.

9. O sistema jurídico brasileiro tem suas bases consolidadas sob os ditames do *civil law*, tendo mais recentemente se valido de técnicas que utilizam e têm como base, ainda que com características e finalidades próprias, instrumentos assemelhados àqueles utilizados pelo *common law*, com menor valorização da lei por si só e maior destaque para a Constituição, os princípios dela derivados e dos precedentes.

10. O incidente de resolução de demandas repetitivas materializa essa tendência de valorização de precedentes.

11. A natureza jurídica do incidente de resolução de demandas repetitivas é de incidente processual, observada a sua acessoriedade, incidentalidade, existência de procedimento próprio incidental e acidentalidade.

12. A natureza jurídica deste incidente processual pode ser analisada a partir da verificação de se tratar de procedimento que resulta em decisão de causa-piloto, com julgamento da situação em concreto e consequente fixação da tese jurídica, ou como decisão incidente objetiva, abstrata e isolada (segregada) da tese jurídica, a partir de situação padrão.

13. Sustentamos que no incidente há a fixação da tese jurídica com base na questão de direito controvertida em concreto, originada a partir de controvérsia objeto das causas originárias, caracterizado pela análise segregada (com cisão da cognição) da questão de direito comum a todos os casos – entende-se que o incidente não está dissociado da causa originária e nem é analisado a partir de uma cognição abstrata e apartada por completo da causa originária, pois a questão de direito decorre da lide. Não há nem julgamento de causa-piloto, pois a análise da tese jurídica é segregada (com cisão da cognição), e nem julgamento abstrato, pois entendemos que a fixação da tese jurídica não se dissocia por completo da causa originária, decorrendo a controvérsia da questão de direito da lide.

14. O objeto do incidente de resolução de demandas repetitivas contempla questões de direito homogêneas e repetitivas constantes tanto em demandas voltadas à tutela de direitos individuais, quanto coletivos.

15. São requisitos de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas: *i)* efetiva repetição de processos nos quais se identificam questões de direito homogêneas, requisito quantitativo, sem a necessidade de haver uma grande quantidade de processos, bastando a verificação de dissenso suficiente para justificar a movimentação da máquina judiciária, com fins voltados à uniformização de entendimento a respeito de determinada questão de direito; *ii)* risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, requisito qualitativo, observada a imprescindibilidade de verificação de decisões antagônicas no âmbito dos órgãos de jurisdição do respectivo local/região em que suscitado o incidente e a necessidade de amadurecimento prévio das discussões divergentes a respeito da questão de direito em foco (inclusive com manifestações divergentes de órgãos judicantes do tribunal) e *iii)* questão de direito não afeita a julgamento de recurso repetitivo, dada a vedação expressa da lei de que seja objeto de julgamento em incidente de resolução de demandas repetitivas questão de direito já objeto de recurso repetitivo.

16. São legitimados para solicitar a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas o *i)* juiz ou relator, *ii)* as partes, *iii)* o Ministério Público e a Defensoria Pública, observado em relação a estes últimos os limites de atuação que a eles são definidos pela Constituição Federal. O Ministério Público tem sua legitimidade atrelada à presença de interesses sociais e a Defensoria Pública aos interesses dos necessitados.

17. Têm legitimidade para atuar no incidente de resolução de demandas repetitivas, além das partes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, também o *amicus curie*, além de outros interessados na controvérsia, inclusive, partes de demandas outras nas quais a questão de direito também esteja em discussão e tenham os seus processos suspensos por força da admissibilidade do incidente.

18. São efeitos da admissibilidade e instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas a suspensão das ações em curso que ensejaram a instauração do incidente, bem como as ações em que a questão de direito objeto do incidente se repita. Essa suspensão

poderá ser parcial, pois não impede a tramitação da causa em relação a outras questões ou providências que independam do julgamento do incidente.

19. A suspensão das ações se dá no âmbito de competência local ou regional do tribunal no qual tramita o incidente, observada a possibilidade de extensão dos efeitos da suspensão para o território nacional, mediante pedido dirigido às Cortes Superiores, nos termos do artigo 982, § 3º, do Código de Processo Civil,

20. No interregno entre o pedido de instauração e o juízo de admissibilidade há a paralisação da causa originária, uma vez que é da competência do órgão originário ao qual vier a ser distribuído o incidente a apreciação dos requisitos de admissibilidade, que, se admitido, também será o competente para fixar a tese a respeito da questão de direito controvertida.

21. Muito embora as disposições legais afeitas ao incidente de resolução de demandas repetitivas não tragam previsão a respeito da suspensão da prescrição, entendemos como imprescindível essa providência para o alcance das finalidades do incidente, inclusive como forma de não estimular o ajuizamento de ações enquanto este tem seu trâmite.

22. O julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas deve se dar de forma célere, a fim de garantir a efetividade buscada por meio deste instrumento processual.

23. São cabíveis recurso especial e recurso extraordinário contra a decisão que julgar o incidente, dotados de efeito suspensivo. Havendo o julgamento de mérito destes recursos, a tese jurídica deverá ser aplicada em âmbito nacional.

24. Fixada a tese jurídica por meio do julgamento do incidente passa a ser obrigatória, nos termos do Código de Processo Civil, a sua observância pelos juízes e tribunais nas decisões e questões jurídicas idênticas, comportando inclusive reclamação para a hipótese de inobservância, nos termos dos artigos 927, III e 988, do Código de Processo Civil.

25. Parte das críticas que se faz ao instituto do incidente de resolução de demandas repetitivas relaciona-se à impossibilidade de efetiva participação, no curso do incidente, de todas as partes que têm seus processos suspensos por ocasião da instauração do incidente,

violando, com isto, o princípio do contraditório que está intrinsecamente ligado à garantia constitucional de acesso à justiça.

26. De outro lado, as partes que efetivamente participam do incidente sob a condição de ocupantes do polo ativo e passivo da ação originária, dado o perfil das demandas repetitivas no país, podem ostentar condições técnicas e materiais muito díspares para a atuação perante o Judiciário, o que poderia influenciar para a solução da lide de forma favorável aos “grandes litigantes”.

27. Essa violação do contraditório e ausência de adequada representatividade e isonomia dos litigantes culminaria na inconstitucionalidade do instituto, inclusive porque se verifica que suas finalidades estão ligadas mormente a darem solução ao problema da litigiosidade repetitiva, desvinculando-se, dos direitos e anseios dos jurisdicionados.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo Brasileiro: um novo ramo do direito processual*. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALMEIDA, Marcelo Pereira. *Precedentes Judiciais - Análise crítica dos métodos empregador no Brasil para a solução de demandas de massa*, Curitiba: Juruá, 2014.

ANDREWS, Neil. *Multi-party proceedings in England: representative and group actions*, Duke Journal of Comparative and International Law, 11, 2001.

_____. *O Moderno Processo Civil – Formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A Tutela Coletiva de Interesses Individuais: para além da proteção dos interesses individuais coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ASSIS, Araken de. *Cumulação de Ações*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 3ª edição.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Uma novidade: O código de processo civil inglês*, In *Revista de Processo*, nº 99.

_____. *A revolução processual inglesa*, in *RDCPC*, nº 31 – set/out 2004.

_____. *Breve notícia sobre a reforma do processo civil alemão*, in *Revista de Processo*, nº 111.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. *Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa*, Revista de Processo, volume 186, ago/2010.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*, São Paulo: Malheiros, 3ª edição, 2010.

_____. *Direito e Processo. A influência do direito material sobre o processo*, São Paulo: Malheiros, 6ª edição, 2011.

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*, São Paulo: Malheiros, 10ª edição, 2011.

BRAGHITTONI, R. Ives. *Recurso extraordinário: uma análise do acesso do Supremo Tribunal Federal: de acordo com a Lei nº 11.418/06 (repercussão geral)*, São Paulo: Atlas, 2007.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*, São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Novo Código de Processo Civil Anotado*, São Paulo: Saraiva, 2015.

BUSTAMENTE, Thomas de Rosa de. *Teoria do Precedente Judicial – A justificação e aplicação das regras jurisprudenciais*, São Paulo: Editora Noeses, 2012.

CABRAL, Antonio do Passo. *O novo procedimento-modelo (Musterverfahren) alemão: uma alternativa às ações coletivas*, Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, volume 147, 2007.

CABRAL, Antonio do Passo. *Comentários aos artigos 976 a 987*, in CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CÂMARA, Alexandre Feitas. *O novo processo civil brasileiro*, São Paulo: Atlas, 2015.

CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. *Incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil*, Revista de Processo, volume 243, maio 2015.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normais constitucionais programáticas*. 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, ideologias e sociedade – Volumes 1 e 2*. Tradução de Elício de Cresci Sobrinho, 1ª edição, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

CAPPELLETTI, Mauro e BRYANT, Garth. *Acesso à Justiça*, Tradução de Ellen Gracie NorthFleet, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, Reimpressão 2002.

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema di diritto processual e civile*. Padova: Cedam, vol. 1, 1936.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. *Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CINTRA, Antônio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 30ª edição, São Paulo, Malheiros, 2014.

COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Corrado; TARUFFO, Micheli. *Lezione sul processo civile*. Bologna: Il Mulino, 2005. v. I.

COSTA, Suzana Henrique da. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro, in SALLES, Carlos Alberto (org.). *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*, São Paulo, Quartier Latin, 2009.

CUNHA, Alcides Munhoz da. *Evolução das ações coletivas no Brasil*. Revista de Processo, vol.177, jan – mar. 1995, versão digital.

CUNHA, Leonardo Carneiro. *Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil*, Revista de Processo, vol. 193, mar/2011.

CUNHA, José Rivardo (org.). *Poder Judiciário – Novos olhares sobre gestão e jurisdição*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da.;ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de.; MACEDO, Lucas Buril de. *Precedentes*, Salvador: JusPodivum, 2015.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil*, vol. 4., 8ª edição, Salvador: Juspodvum, 2013.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Pressupostos Processuais e condições da ação*, São Paulo: Saraiva, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria do novo processo civil*, São Paulo: Malheiros; 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, volume II e III, São Paulo: Malheiros, 5ª ed., 2005.

_____. *A instrumentalidade do Processo*, São Paulo: Malheiros, 15ª edição, 2013.

_____. *Instituições de direito processual civil*, volume IV, São Paulo: Malheiros, 4ª ed., 2004.

_____. *Instituições de direito processual civil*, volume I, São Paulo: Malheiros, 8ª ed., 2016.

_____. *A reforma do código de processo civil*. 2.ed., São Paulo: Malheiros, 1995.

_____. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002.

DINIZ, Maria Helena. *Lei de introdução ao Código Civil brasileiro interpretada*, 7ª edição, atualizada, São Paulo: Saraiva, 2001.

DONOSO, Denis. *Julgamento Prévio de Mérito – Análise do art. 285-A do CPC*, São Paulo: Saraiva, 2011.

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. *Conceito de Princípios Constitucionais*. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FEIJÓ, Maria Angélica Echer Ferreira (organizadora); MITIDIERO, Daniel; AMARAL, Guilherme Rizzo (coordenadores). *Processo Civil – estudos em homenagem ao professor doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira*, São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Incidente processual – questão incidental – procedimento incidental*, São Paulo : Revista dos Tribunais, 1991.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *A trama recursal no processual civil brasileiro e a crise da jurisdição estatal*, Revista de Processo, São Paulo, out. 2010. p. 188/267.

FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle (et. al.) (organizadores). *Novas tendências do Processo Civil – Estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil*, volumes 2 e 3, Salvador: Editora JusPodivm, 2014.

FUX, Luiz. *Curso de Direito Processual Civil*, 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense, vol 1. 2009.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Groos (orgs.), Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário – Uma análise empírica, São Paulo: Saraiva, 2012.

GALANTER, Marc. *Why the “haves” come out ahead: speculations on the limits of legal change*, Law and Society Review 9/95, nº 2, 1975.

GIDI, Antonio. *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*, São Paulo: Saraiva, 1995.

GRAU, Eros Roberto. *Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios)*, São Paulo: Malheiros, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. *Os Processos Coletivos nos países de Civil Law e Common Law: uma análise de direito comparado*. 2ª edição rev. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GRINOVER, Ada Pelegrini; BENJAMIN, Antonio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vincenzo (organizadores). *Processo Coletivo – Do surgimento à atualidade*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Da class action for damages à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade*, Revista de processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, volume 101, jan-mar/2001.

GRINOVER, Ada Pelegrini; GOZZOLI, Maria Clara; CIANCI, Mirna; CALMON, Petrônio; QUARTIERI, Rita. *Em defesa de um novo sistema de processos coletivos*, São Paulo: Saraiva, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JR., Nelson. *Código brasileiro de Defesa do Consumidor*. Comentado pelos autores do anteprojeto, 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011.

HIGGINS, Andrew, ZUCKERMAN, Adrian. *Class actions in England? Efficacy, autonomy and proportionality in collective redress*, in Legal Research Paper Series, nº 93, November, 2013.

KREBS, Hédio Ricardo Diniz. *Sistemas de precedentes e direitos fundamentais*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

KÖTZ, Hein. *La protection en Justice des intérêts collectifs tableau de droit compare*, in CAPPELLETI, Mauro (Org.). *Accès a la Justice et État-Providence*. Paris, 1984.

LENZA, Pedro. *Teoria geral da ação civil pública*. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual do processo coletivo*, São Paulo: Revista dos Tribunais.

LEVY, Daniel de Andrade. *O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo Código de Processo Civil – Exame à luz da Group Litigation Order britânica*, Revista de Processo, volume 196, jun/2011.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Estudos sobre o processo civil brasileiro*. Bestbook-Isto, 2001.

LOPES, José Reinaldo de Lima (organizador). *O Supremo Tribunal de Justiça do Império: (1828-1889)*, São Paulo: Saraiva, 2010.

LUNARDI, Soraya. *Teoria do Processo Constitucional – Análise de sua autonomia, natureza e elementos*, São Paulo: Atlas, 2013.

MACÊDO, Lucas Buriel. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*, Salvador: Editora Juspodivum, 2015.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Jurisdição coletiva e coisa julgada: teoria geral das ações coletivas*. 3ª edição rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Sistema Brasileiro de Precedentes: natureza, eficácia, operacionalidade*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Jurisdição coletiva e coisa julgada: teoria das*

ações coletivas, São Paulo: Revista dos Tribunais, 3ª edição, 2012.

_____. *Incidente de resolução de demandas repetitivas – A luta contra a dispersão jurisprudencial excessiva*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Divergência jurisprudencial e súmula vinculante*, 4ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luis Guilherme. *Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 926 a 975*; Luis Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero (coords.), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, volume XV.

MARINONI, Luis Guilherme. *Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 976 a 1.044*, Luis Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero (coords.), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, volume XVI.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica Processual e Tutela dos Direitos*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *O STJ enquanto corte de precedentes: recompreensão do sistema processual da corte suprema*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Precedentes Obrigatórios*, 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *A coisa julgada inconstitucional*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *A ética dos precedentes – Justificativa do Novo CPC*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Julgamento nas cortes supremas – Precedente e decisão do recurso diante do novo CPC*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Curso de processo civil – Teoria Geral do Processo*, vol. 1.

MARINONI, Luis Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 2, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*, Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A atuação do Ministério Público nas ações coletivas – O Ministério Público e a defesa dos interesses individuais homogêneos*, in *Em defesa de um novo sistema de processos coletivos: estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover*, Maria Clara Gozzoli, Mirna Cianci, Petrônio Calmon, Rita Quartieri (coords.), São Paulo: Saraiva, 2010

_____. *A reforma da magistratura*. Revista no advogado nº 56.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Novo Código de Processo Civil comentado*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (organizadores). *O Processo em Perspectiva – Jornadas Brasileiras de Direito Processual: homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. *Reflexões sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo código de processo civil*. Revista de Processo, vol. 211, set/2012, versão digital.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. *O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil*, Revista de Processo, volume 243, maio/2015, versão digital.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. *Teses, estudos e Pareceres de Processo Civil*, volumes 1, 2 e 3, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. *A coisa julgada*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação da jurisprudência ao precedente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Colaboração no processo civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MITIDIERO, Daniel; AMARAL, Guilherme Rizzo (coords.), FEIJÓ, Maria Angélica Echer Ferreira. *Processo Civil – Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Alberto Álvaro de Oliveira*, São Paulo: Atlas, 2012.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. *A jurisprudência uniformizada como estratégia de aceleração do procedimento*, in *Direito Jurisprudencial*, Teresa Arruda Alvim Wambier, coordenação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Tutela jurisdicional dos interesses coletivos ou difusos*,

Revista de Processo, volume 39. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul-set/1985.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Ações Coletivas na Constituição Federal de 1988*, Revista de Processo. volume 61, São Paulo: Revista dos Tribunais, jan.- mar/1991.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual*. 8ª série, São Paulo: Saraiva, 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*, vol. V: arts. 476 a 565, Rio de Janeiro: Forense, 2001.

NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil – Crônica dos Tempos Coloniais*, volumes I e II, Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

NERY JR., Nelson. *Princípios do processo civil na Constituição Federal*, 5ª edição rev. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NERY JR., Nelson. *O processo civil no código de defesa do consumidor*, Revista de Processo, volume 61, São Paulo: Revista dos Tribunais, jan-mar/1991.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

NEVES, Antonio Castanheira. *O Instituto dos Assentos e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais*, 1ª edição (Reimpressão), Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

NEVES, Antonio Castanheira. *Questão-de-fato-questão-de-direito*. Coimbra, Almedina, 1967, passim; *Metodologia jurídica -problemas fundamentais*, Coimbra:Coimbra Editora, 1993.

NUNES, Rizzatto. *ABC do CDC. As ações coletivas e as definições de direito difuso, coletivo e individual homogêneo*. Artigo consultado em 29.12.2016, em: <http://www.migalhas.com.br>.

NUNES, Dierle. *Precedentes, padronização decisória preventiva e Coletivização – Paradoxos do sistema jurídico brasileiro: uma abordagem constitucional democrática*, in *Direito jurisprudencial*, WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coord.), São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012

OLIVEIRA, Fabiana Luci (organizadora). *Justiça em foco: estudos empíricos*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

OLIVEIRA, Guilherme José Braz de. *Técnicas de uniformização de jurisprudência e o incidente de resolução de demandas repetitivas*, Revista do Advogado nº 126, p. 107 – 114.

OLIVEIRA, Guilherme José Braz de. *Nova técnica de julgamento de casos repetitivos à Luz do Novo Código de Processo Civil – O incidente de resolução de demandas repetitivas*, São Paulo: USP, Faculdade de Direito, 2015, versão digital.

OLIVEIRA, Guilherme Peres de. *Adaptabilidade Judicial – A modificação do procedimento pelo juiz no processo civil*, São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Guilherme Peres de. *Incidente de resolução de demandas repetitivas – uma proposta de interpretação de seu procedimento*, in: FREIRE, Alexandre et. al (orgs.). *Novas Tendências do Processo Civil – Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*, volume II, Salvador: JusPodivm, 2014.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de (org.), *Justiça em foco*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

OLIVEIRA, Thais Hirata de. *Mecanismos processuais de gestão de demandas repetitivas pelo poder judiciário*, São Paulo: USP, Faculdade de Direito, 2015, versão digital.

OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos. Pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014.

PIVA RODRIGUES, Walter. *Substituição Tributária e a Coisa Julgada em Matéria Tributária*. São Paulo, 2006, Quartier Latin.

. *A crise no conceito da coisa julgada, em especial em matéria tributária*, Revista do Advogado, Ano XXVI, Novembro de 2006, nº 88.

PUOLI, José Carlos Baptista. Os poderes do juiz e as reformas do processo civil, São Paulo: Editora Juarez, 2002.

ROCHA, José de Albuquerque. *O procedimento da uniformização da jurisprudência*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Ação civil pública e meio ambiente*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Ação civil pública*, in *Ações Constitucionais*, Fredie Didier Jr. (organizador), Salvador: Podium, 2006.

RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. *Ações Repetitivas: o novo perfil da tutela dos direitos individuais homogêneos*. Curitiba: Juruá, 2013.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as Cortes? Para uma crítica do Direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROQUE, André Vasconcelos. *Class Actions – Ações coletivas nos Estados Unidos: o que podemos aprender com eles?*, Salvador: JusPodivum, 2013.

ROSA, Renato Xavier da Silveira. *Incidente de resolução de demandas repetitivas: Artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS nº 166/2010*, Departamento de Direito Processual Civil, Faculdade de Direito do Largo São Francisco – USP, São Paulo, 2010.

SADEK, Maria Tereza Aina. *Judiciário: mudanças e reformas. Estudos avançados (online)*. 2004, vol. 18, n. 51, p.86, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200005>

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*, Coimbra: Almedina, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução à sociologia da administração da justiça*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 21, novembro/1986, in SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento, 1994.

SCHMITZ, Leonard Ziesemer. *Fundamentação das decisões judiciais – a crise na construção de respostas no processo civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Congestionamento Viário e Congestionamento Judiciário – Reflexões sobre a garantia de acesso individual ao Poder Judiciário*, Revista de processo nº 236, p. 13–26, outubro 2014.

SICA, Heitor. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*, São Paulo: Atlas, volume 1, 2011.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Sentença e coisa julgada: ensaios e pareceres*, Rio de Janeiro: Forense, 4ª ed., 2003.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Gerenciamento de processos judiciais*, São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Processo e Ideologia. O Paradigma Racionalista*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense.

SOUZA, Marcelo Alves Dias de. *Do precedente judicial à súmula vinculante*. Curitiba: Juruá, 2011.

TALAMINI, Eduardo. *Direitos individuais homogêneos e seu substrato coletivo: a ação coletiva e os mecanismos previstos no CPC de 2015*, Revista de Processo, volume 241, mar/2015, versão digital.

TEMER, Sofia. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*, Salvador: JusPodivm, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto Theodoro; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. *Novo CPC – Fundamentos e Sistematização*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TUCCI, José Rogério Cruz e; RODRIGUES, Walter Piva; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. *Processo Civil: Homenagem a José Ignácio Botelho de Mesquita*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Limites Subjetivos da Eficácia da Sentença e da Coisa Julgada Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *O regime do precedente judicial no Novo CPC*, Revista do Advogado nº 126.

_____. *Reflexões sobre a cumulação subsidiária de pedidos*, Revista dos Tribunais, vol. 786, abr/2001.

_____. *Precedente judicial como fonte de direito*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Garantia do processo sem dilações indevidas*. Revista Jurídica, ano 48, vol. 227, p. 6, nov., 2000.

VIAFIORE, Daniela. *As ações repetitivas no direito brasileiro: com comentários sobre a proposta de “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” do projeto de novo Código de Processo Civil*, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. *Nulidades do Processo e da Sentença*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª edição, 1997.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, coordenação. *Direito Jurisprudencial*, São Paulo:

Revista dos Tribunais, 2012.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Questão de fato e questão de direito para fins de cabimento de Recurso Especial*. Revista de Processo, volume 92, out - dez/1998.

WATANABE, Kazuo. *Política pública do Poder Judiciário nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses*, Revista de Processo, volume 195, 2011.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Tutela jurisdicional*, São Paulo: DPJ Editora, 2006.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. *Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 824 ao 925*; Luis Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero (coords.), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, volume XIV.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. *O valor vinculante dos precedentes*. Salvador: JusPodivum, 2015.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ZUCKERMAN, Adrian A. S.. *Civil Justice in Crisis*, New York: Oxford, 1999.

ZUFELATO, Camilo. *Coisa Julgada Coletiva*, São Paulo: Saraiva, 2011.

ZUFELATO, Camilo e YARSHELL, Flávio Luiz, Organizadores, *40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil – passado, presente e futuro*, São Paulo: Malheiros, 2013.

Sites visitados:

<http://www.scielo.br/>

www.cnj.jus.br

<http://marcgalanter.net/>

www.senado.gov.br

www.stj.jus.br

www.direitogv.com.br

www.scarpinellabueno.com.br

www.tjsp.jus.br/

<http://www.migalhas.com.br/>

<http://www.direitoshumanos.usp.br/>

<http://www.planalto.gov.br/>

<http://www.camara.gov.br/>